

OS DESAFIOS DE DAN BROWN

Historiador, de origem belga e radicado na Bahia, membro da associação Cehila-BR; com estudos de história do Cristianismo antigo e no Brasil.

Eduardo Hoornaert

Resumo:

Hoornaert avalia as obras recentes de Dan Brown e de Michael Baigent quanto ao embasamento científico das mesmas. Depois de apresentar as linhas gerais da evolução dos estudos bíblicos, assinala os limites das mesmas a este respeito. Por fim, Hoornaert afirma que são obras limitadas, ainda que diversas quanto ao estilo, e que não trazem, em suas afirmações, novidades que possam questionar seriamente as Igrejas cristãs em suas estruturas.

Palavras-chaves: O código da Vinci: *Dan Brown*; Os Manuscritos de Jesus: *Baigent*.

Abstract:

Hoornaert having in mind two recent books – The Da Vinci Code (Brown) and The Jesus Papers (Baigent) – try to assert its scientific ground. At the same time, he presents a synthezis of the development of the scientific studies of the Bible and with this at hand points out some limits of those books. Eventually, Hoornaert asserts that such a books are quite poor scientifically, even if they are a little bit different in style, and they aren't a serious challenge to the Christian Churches in its structures.

Key-words: Da Vinci Code: *Dan Brown*; Jesus Manuscripts: *Michael Baigent*.

Animado pelo estrondoso sucesso do best-seller *O Código da Vinci*, da autoria de Dan Brown (2002) (45 milhões de exemplares vendidos), o autor Michael Baigent recentemente declarou que seu livro *O Santo Graal e a Linhagem sagrada* (1982) teria fornecido a Brown os elementos fundamentais de sua tese.

Como Dan Brown pode se esquivar de possíveis ataques, alegando que ele é – afinal de contas – um romancista, temos de nos referir a Baigent, que não se diz romancista, mas cientista, e nos brinda agora com um novo livro, intitulado *Os Manuscritos de Jesus. Revelando o maior Segredo da História*.¹ Entre 1982 (data de seu livro sobre o Graal) e 2006 (data deste novo livro), ele teve 24 anos para estudar e aprofundar suas teses. No dizer do autor, nesse novo trabalho se encontram as *provas científicas* da tese levantada por Dan Brown. Teria Jesus efetivamente constituído uma linhagem sagrada por meio de seu casamento com Maria Madalena? Acerca de seu livro de 1982, Baigent já tinha afirmado: *É evidente que a publicação de nosso livro detonou uma controvérsia mundial*. Agora ele avança mais e se declara empenhado em converter pessoas *da religião para a história* (leia-se ciência) e de abalar *crenças enraizadas*.²

Fui ler o livro. Não há dúvida: o autor exhibe invejável erudição. Ele estudou muitos assuntos que se relacionam com as origens do cristianismo. Além disso, leu muitas obras de cultura geral. Acerca de seu livro, três perguntas, em minha opinião, merecem ser contempladas: (1) o que vem a ser a leitura científica da Bíblia? (2) O livro de Baigent traz uma contribuição nesse sentido? Seu livro é realmente científico? (3) Uma terceira pergunta, não menos importante, diz respeito ao confronto entre a análise empreendida por Dan Brown e Baigent e a doutrina tradicional das Igrejas cristãs. Os livros de Brown e Baigent abalam as Igrejas?

1. A LEITURA CIENTÍFICA DA BÍBLIA

A substituição das crenças tradicionais do cristianismo pela leitura científica da Bíblia não é um processo novo na história do cristianismo. Já faz quase quatro séculos que Bento (Baruch, Benedito) Spinoza (1633-1677) afirmou que a Bíblia é uma produção literária específica de um povo específico, e não uma palavra sagrada válida para todos os povos em todos os tempos. A contribuição de Spinoza consiste no *destronamento* de Moisés como autor da Tora.³ Para ele, a Torá é uma coletânea de narrativas populares antigas e prescrições sacerdotais reunidas por Esdras e outros intelectuais após o retorno das elites judaicas do exílio babilônico no século V a.C., portanto sete séculos após a morte de Moisés. Afirmar isso, para Spinoza, é uma questão de conhecimento, não tem nada a ver com desobediência diante de autoridades religiosas. Mas essa *questão de conhecimento* causa um impacto que perdura até hoje e tem desdobramentos seculares. Antes de Spinoza, a história humana, mesmo a cien-

¹ BAIGENT, M., *Os Manuscritos de Jesus. Revelando o maior Segredo da História*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

² Cf. M. BAIGENT, *Os Manuscritos de Jesus*, op. cit., p. 12.

³ Torá (hebraico): ensino. Na Bíblia indica a coleção dos cinco primeiros livros, o Pentateuco, lida na sinagoga e conservada na forma de rolos de pergaminho. Esses rolos são considerados santos, pois a Torá é a pedra angular da religião judaica. Na tradição são identificados com a *lei de Moisés*. Cada sinagoga conserva diversos rolos, protegidos por ricos panos e ornamentos prateados. O termo Torá é igualmente usado para designar as escrituras como um todo, juntamente com os comentários. Daí a distinção entre Torá oral e escrita. A Torá ficou sendo lida em hebraico, a principal língua literária do judaísmo, comparável ao latim no catolicismo, até o século XIX. Os estudiosos modernos começaram então a usar o Yiddish. O hebraico ressuscitou em 1948, proclamado língua oficial do novo estado de Israel.

tífica, se explicava através da Bíblia, considerada o livro mais velho do mundo, portanto o mais venerável e o mais verdadeiro. Dentro dessa perspectiva, cada episódio da vida de figuras bíblicas como Abraão, Moisés, Davi, Elias e Jesus, cada gesto e cada ensinamento, oferece um modelo que cada homem e cada mulher têm de seguir.

A visão da história, até o século XVII, é criacionista, isto é, repousa na idéia de que a Bíblia é um livro de história e o livro Gênesis uma cosmologia. Daí o cuidado dos intelectuais, durante séculos, com o *sentido literal* dos textos bíblicos. Nele procuravam alguma informação sobre a história da humanidade e seu destino. No momento em que os eruditos deixam de ver na Bíblia um *banco de dados*, tudo muda.⁴ A exegese crítica propriamente dita nasce com Spinoza, que pode ser considerado o iniciador da leitura moderna da Bíblia e o libertador da Bíblia de amarras fundamentalistas.

Uma vez Moisés destronado como autor, resta descobrir as origens dos textos. Aí entra a arqueologia bíblica. No século XIX, num clima de empolgação geral, nasce essa nova arqueologia, conjuntamente com a egiptologia, a assiriologia, a epigrafia semita etc. No século XX os progressos são igualmente grandes, tanto na filologia como na arqueologia, provocando sucessivos sustos, tanto em meios cristãos como em meios judaicos e islamitas. Numa noite do ano 1872, em Londres, por exemplo, Sir George Smith exhibe orgulhosamente ao mundo científico inglês uma coleção de tábuas de barro trazidas da biblioteca de Assurbanipal, em Nínive, com o texto cuneiforme da *Epopéia* (mesopotâmica) de *Gilgamesh* que demonstra sugestivo paralelismo com o relato bíblico do dilúvio.⁵ Aos poucos vão aparecendo, além do Gilgamesh, outros mitos babilônicos como o *Poema do Super-sábio*, do segundo terço do segundo milênio a. C., que traz um paralelismo com o Noé bíblico. Seria a *Epopéia da Criação*, redigido por um escriba da Babilônia no segundo milênio a. C., a primeira expressão de monoteísmo na história da humanidade? As descobertas se sucedem.

Menos de trinta anos após Smith, em 1901, aparece o *Código de Hamurabi*, em 282 artigos,⁶ que demonstra semelhança com os *Dez Mandamentos* de Moisés. O código de Hamurabi proíbe furtar, matar, praticar suborno, mentir, prejudicar outras pessoas, na mesma linha dos Dez Mandamentos de Moisés. Hamurabi recebe o código do Deus solar em cima de uma montanha, como Moisés no monte Sinai (Ex 33). Aos poucos, o horizonte se alarga. Avança o mapeamento de um amplo universo religioso mesopotâmico, particularmente o babilônico e o egípcio. Aparecem paradigmas imaginários comuns a todos os povos do Oriente médio (céu, terra, ar, sopro [espírito], sol, rio,

⁴ Cf. J. LE GOFF, *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 126-127.

⁵ Cf. J. BOTTÉRO, *O Deus da Bíblia*. In BOTTERO, J. (Ed.), *A mais Bela História de Deus*. Rio de Janeiro, Difel, 2001, pp. 17-48.

⁶ Trata-se do primeiro código legal conhecido integralmente. Hamurabi (1792-1750 a. C.), líder dos amoritas, os primeiros a formar um império no vale mesopotâmico a partir de 1900 a. C., consegue unificar a Mesopotâmia em torno da nova cidade Babilônia. A região, até então denominada Sumer ou *Acad*, passa a chamar-se Babilônia. Os hebreus a chamam de *Babel*, a porta de Deus, os amoritas *babi-ilu*, Babilônia.

montanha, planície, cidade, estado, unguento [messias, cristo], ressurreição ascensão).

Um simbolismo comum unifica os espaços do semi-árido: a enxada, o arado, a pá, a fornalha, a uva, o vinho, o pão. Os anjos, emissários de Deus, em tudo se parecem com os emissários do rei persa. Cada pessoa tem seu anjo protetor que se relaciona com o centro do poder. Fala-se em *filhos de Deus* (título dado aos faraós do Egito) e em virgens que geram deuses. Estudiosos como Sir James George Frazer⁷ alargam ainda mais o horizonte e arrolam narrativas de dilúvios na Babilônia, na Grécia, na Índia, na Austrália, em Nova Guiné e na Melanésia, na Polinésia, na Micronésia, na América do Sul, na América central e no México, na América do Norte, na África, um pouco por todo o planeta, abrindo campo para um estudo dos mitos religiosos em escala planetária.⁸

Nas religiões constituídas a partir da bíblia hebraica, o susto é grande. Assustam-se os rabinos, sacerdotes e pastores cristãos, tanto quanto os mulás islamitas. No universo católico, a reação revela um nervosismo que perdura por muito tempo. Os papas tentam incansavelmente erguer um dique contra o que chamam de relativismo pseudocientífico. Leão XIII publica a encíclica *Providentissimus Deus* em 1893. Em 1906, Pio X declara peremptoriamente: *Moisés é o autor do Pentateuco*. Em vão. A tempestade não pára e em 1948 as autoridades eclesásticas recuam, permitindo que especialistas católicos façam suas pesquisas históricas.

No entretanto, o embate faz vítimas, entre as quais se destaca o sacerdote francês Alfred Loisy (1857-1940), cujo livro: *O Evangelho e a Igreja* (*L'Évangile et l'Église*), publicado em 1902, defende uma tese que não tem nada de novo, pois já foi defendida na antiguidade pelo intelectual helenista Porfírio e no século XVI por Erasmo de Roterdã. Decididamente, os evangelhos não são livros de história. Mas não só no mundo católico os estudos modernos causam problemas, o mundo protestante também é afetado. No mesmo ano da publicação do *O Evangelho e a Igreja*, o filho de um pastor luterano, Adolfo von Harnack, publica na Alemanha seu *Missão e Expansão do Cristianismo nos três primeiros Séculos*,⁹ baseado em premissas científicas crítico-históricas parecidas daquelas defendidas por Loisy. Ele também encontra forte oposição por parte de sua Igreja.

Mas é no âmbito da terceira religião bíblica, o islamismo, que a exegese crítica encontra as maiores dificuldades. Os mulás andam tão perturbados e inconformados com o espírito *spinozista* dos estudos bíblicos, que eles tendem a isolar o Alcorão. Poucos islamitas conseguem ler seu livro sagrado de forma livre e independente. A maioria esquece que nos primeiros

⁷ FRAZER, J. G., *El Folklore en el Antiguo Testamento*. México, Fondo de Cultura Economica, 1986.

⁸ Veja os estudos do professor americano Joseph CAMPBELL, *Mitologia na Vida moderna*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2002.

⁹ von HARNACK, A. *Mission und Ausbreitung des Christentums in den drei ersten Jahrhunderten*. Leipzig, J.C. Heinrichs, 1902. A quarta edição é de 1924. O trabalho mais importante de Harnack é o seu *Manual* (von HARNACK, A., *Lehrbuch der Dogmengeschichte*. Tübingen, Mohr, 1886), no qual ele já pratica o estudo comparativo entre religiões e que teve imensa repercussão. Re-dições em 1888, 1894, 1909, 1931 e 1990.

cinquenta anos após o surgimento do Islã em 632, as letras do Alcorão ainda não estavam definitivamente colocadas no seu devido lugar. Nesses anos primordiais circulavam entre os seguidores de Maomé memórias dos companheiros de Maomé, ao lado de lembranças literárias provenientes da Bíblia hebraica. Uma indicação nesse sentido está na proliferação, no mundo islâmico, de provérbios em árabe atribuídos a Jesus, que circulavam no mundo árabe anterior a Maomé e que continuam a circular livremente no seio do islamismo. Um florilégio desses provérbios foi recentemente publicado no Brasil pela editora Imago.

Até hoje, o descompasso entre a leitura *crente* e a leitura *científica* da Bíblia perdura. A questão já se encontra bem encaminhada em países como a Alemanha, por exemplo, onde os cursos de religião já são, na realidade, cursos de cultura religiosa. Aí a história dos hebreus não é mais contada como se fosse a única história sagrada produzida pela humanidade. O estudante contempla um horizonte bem mais largo e tem, por conseguinte, mais condições de situar a Bíblia dentro do panorama das culturas.

2. O LIVRO DE BAIGENT É CIENTÍFICO?

Creio que não. Sua produção intelectual fica demasiadamente desvinculada do universo da pesquisa científica. Só uns exemplos. Para ele, a Idade Média é uma época de obscurantismo. Nela, *não havia sequer simulacro de devoção*.¹⁰ Tudo era intriga, mentira, enganação. Domingos de Gusmão, fundador dos dominicanos, por exemplo, *é um monge cruel e fanático*.¹¹ E assim vai. Baigent desconhece a contribuição, nos estudos da Idade Média, da *École des Annales* (década de 1960) da França, com destaque para os trabalhos de Jacques Le Goff, Georges Duby, Pernoud e de toda a geração de historiadores(as) que restabelecem a Idade Média como um período *normal* da história.

O mesmo em relação aos Evangelhos. Nosso autor apresenta excelentes pesquisadores do Novo Testamento, como Charlesworth, Cohn, Koester, Mack,¹² Pagels, Robinson, de Vaux (da *École biblique*) e Vermes. Mas ele evita Horsley, um pesquisador que se distancia de sua tese de Jesus líder zelote.¹³ O autor mistura essas excelentes referências com textos da autoria de pessoas desconhecidas (pelo menos no campo da pesquisa em torno do cristianismo) como Brandon, Eisenman, Stanbord, Schonfield, Paget e Smith.¹⁴ Esses últimos autores recebem de sua parte um crédito imediato. São eles que apresentam as idéias esdrúxulas que formam a base do livro (Jesus não morreu na cruz, foi seqüestrado e levado ao Egito, estava vivo em 45 d. C., casou com Maria Madalena). Baigent não hesita em afirmar que

¹⁰ Cf. M. BAIGENT, *Os Manuscritos de Jesus*, op. cit., p. 95.

¹¹ Cf. E. HOORNAERT, *Apreciação* (Praedicatorum inquisitores 1. The Dominicans and the Mediaeval Inquisition. Acts of the first International Seminar on the Dominicans and the Inquisition). Em REB, 65 (2005), 260, pp. 995-998;

¹² Cujo texto do Evangelho Q copiei. Cf. E. HOORNAERT, *Origens do Cristianismo*. Brasília, Ser, 2006, pp. 175-181,

¹³ HORSLEY, R. A. – HANSON, J. S., *Bandidos, Profetas e Messias: Movimentos populares no Tempo de Jesus*. São Paulo, Paulus, [1985]1995.

¹⁴ Cf. M. BAIGENT, *Os Manuscritos de Jesus*, op. cit., p. 33; 121; 126; 224.

os evangelhos *mentem*, são *fonte deficiente*, que o Novo Testamento apresenta uma *visão saneada, censurada, invertida* dos fatos.¹⁵ Sem pestanejar, ele nos apresenta um Jesus rodeado de zelotes. Judas Iscariotes é *um sicarii* (sic) *zelote*. A Galiléia, no tempo de Jesus, é *um caldeirão de revoltas; um reduto de zelotes*. Jesus tem pelo menos dois discípulos zelotes e tem *mestres zelotes*.¹⁶

Afinal, Baigent cai num defeito muito comum de método em pesquisa histórica, que todo bom professor de história combate nos alunos: o de pensar que texto é xérox de fato. Nosso autor desconhece por completo as questões ligadas à mediação literária. Para ele, tudo acontece como se fosse registrado por câmara de TV. Os evangelistas viram repórteres. Os menores detalhes são importantes, como num romance de detetive. Baigent nunca escreve: *Diz-se que Jesus falou...*, mas sempre: *Jesus falou*. Isso é um erro fundamental de método. Ele garante que tem os dados,¹⁷ em outras palavras, parte da premissa de que todo texto contém informações factuais. O texto *revela* fatos ocorridos (e ocultados!). Só um exemplo. Baigent baseia-se no evangelho de Filipe, do qual só existe uma cópia, escrita em copta e encontrado em Nag Hamadi,¹⁸ onde se lê que Jesus beija Maria Madalena. A partir dessa referência, ele afirma que Jesus teria mantido relações sexuais com Maria Madalena. Aqui estamos diante de uma velha lição da historiografia. Heurística sem hermenêutica não significa nada. Fonte histórica fora de seu contexto não diz nada. Todo texto tem de ser interpretado dentro de seu contexto (gênero literário, circunstâncias etc.). Eis o sentido da primeira parte de meu livro *Origens do Cristianismo*, sob o título *Saber ler*.¹⁹ O mestre Paulo Freire ensina que é preciso *saber ler*. Se você não souber *ler*, é melhor não abrir a Bíblia, pois vai, decerto, cair numa leitura fundamentalista. É o que Baigent, afinal de contas, faz. Ele é um fundamentalista disfarçado de progressista. Ele ainda crê (e faz crer) no pretensio elo direto entre o dito (escrito) e o fato (vivido). Isso percorre todo o seu livro. Um bom remédio contra essa verdadeira doença consiste em ler o livro *Reviravolta linguística e pragmática* de Manfredo de Oliveira,²⁰ cuja leitura – decerto – exige esforço, mas que é um texto fundamental para quem quiser conquistar segurança no estudo de textos e palavras.

Em todo o livro de Baigent funciona o velho princípio autoritário *magister dixit* (o mestre disse). A verdade consistiria no que algum autor famoso teria dito ou escrito. Há um exemplo desse princípio no capítulo VII (*Sobrevivendo à crucifixão*), quando Baigent traz para a discussão uma autora conhecida no âmbito dos estudos das origens cristãs, Elaine Pagels.²¹ Na página 126 se relata que Pagels – numa emissão da BBC – teria admitido

¹⁵ Cf. M. BAIGENT, *Os Manuscritos de Jesus*, op. cit., p. 32; 122 e 66 respectivamente.

¹⁶ Cf. M. BAIGENT, *Os Manuscritos de Jesus*, op. cit., p. 144; 39, 129 respectivamente.

¹⁷ Cf. M. BAIGENT, *Os Manuscritos de Jesus*, op. cit., p. 46.

¹⁸ Cf. E. HOORNAERT, *Origens do Cristianismo*, p. 117 e alhures.

¹⁹ Cf. M. BAIGENT, *Os Manuscritos de Jesus*, op. cit., pp. 11-24.

²⁰ OLIVEIRA, M. A. de, *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo, Loyola, 1997.

²¹ PAGELS, E., *The Gnostic Gospels*. New York, Random House, 1979; *As Origens de Satanás*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996; *Além de toda Crença: O Evangelho desconhecido de Tomé*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

que a tese de Schonfield sobre a sobrevivência de Jesus após sua crucifixão é *possível*. Com essas duas palavras, Pagels vira imediatamente uma autoridade a franquear a passagem da tese de Schonfield sobre um suposto seqüestro de Jesus e sua viagem ao Egito para a esfera científica. A referência a Pagels aparece num momento delicado da argumentação de Baigent. No início do referido capítulo, Baigent tem o cuidado de dizer que a sobrevivência de Jesus após a crucifixão é uma hipótese. Mas a partir da página 127, de repente, com a franquia de Pagels, tudo vira verdade: Jesus não morreu na cruz. E aí aparece o episódio de Mc 15,43-46, que constitui um exemplo interessante de como nosso autor trabalha. Ele chama nossa atenção para um termo grego que aparece no verso 43, onde se conta que José de Arimatéia pede a Pilatos o *sôma* (em grego) de Jesus, ou seja, seu *corpo vivo*. Estranhando que Jesus já esteja morto (v. 44), Pilatos consulta o centurião e finalmente entrega o *ptôma* (*corpo morto*) de Jesus (v. 45): Esse jogo de termos esconde uma trama, escreve Baigent. Aí se esconde um complô entre José de Arimatéia e Pilatos no sentido de *roubar* Jesus vivo. Tive de recorrer a uma edição crítica do texto grego (Nestlé) para descobrir que aqui se trata de um simples caso de divergência entre termos parecidos, como ocorre freqüentemente em textos copiados e recopiados. Certos manuscritos usam, no v. 43, o termo *sôma*, outros o termo *ptôma*. Baigent transforma essa troca de termos em *prova irrefutável* de que Jesus teria sobrevivido após a crucifixão (para depois casar-se com Maria Madalena).

Decididamente, o livro de Baigent não é científico. Decerto, o autor leu muito e estudou muito. Mas toma certas liberdades, no trato dos assuntos abordados, que não são permitidas a quem quiser praticar uma leitura um tanto quanto científica dos textos.

3. BROWN E BAIGENT ABALAM AS IGREJAS?

Livros como os de Brown e Baigent não deixam de causar problemas para a instituição eclesiástica, pois contêm certas arestas capazes de incomodar e até inquietar as autoridades eclesiásticas, pois acabam enfraquecendo as justificativas comumente invocadas para explicar a origem do poder eclesiástico. O público leitor bem o percebe. Pois nossos autores, tanto quanto as autoridades eclesiásticas, se movem dentro de uma perspectiva de poder. A grande questão, para Brown e Baigent, é a questão *dinástica* ou *genealógica*. Traduzindo em linguagem eclesiástica: a questão hierárquica. Para eles, o poder se transmite por meio de dinastias que se sucedem e dominam a humanidade. Ao mesmo tempo em que as autoridades eclesiásticas insistem

na transmissão do poder por meio de Pedro (primeiro papa) e da sucessão apostólica, eles apresentam uma alternativa: o poder cristão seria transmitido por meio de Maria Madalena (esposa de Jesus) e da sucessão pelo sangue. Eis um tipo de transmissão do poder religioso que se verifica, de certa forma, no islamismo. Os familiares de Maomé criaram uma dinastia religiosa.

Como responder? Não nego que tenha havido um esboço de dinastia familiar (tão comum no Oriente Médio da época) no grupo dos primeiros apóstolos de Jerusalém, em torno de Tiago (irmão de Jesus), Pedro e os filhos de Zebedeu. Mas possuímos vigorosos textos contra a mentalidade dinástica na literatura paulina, a primeira grande literatura cristã. Paulo se diz apóstolo sem invocar nenhum argumento dinástico ou sucessório (Gl 2). Ele é apóstolo pelo *sopro*, pelo entusiasmo, pela doação de sua vida, pela compreensão íntima dos propósitos de Jesus que ele, por sinal, sempre chama de *ungido*. Para Paulo, *ungido* não é sobrenome, é qualificativo. A mesma vigorosa contestação da idéia dinástica se encontra na Carta aos Hebreus, anterior ao ano 70 e, portanto, muito antiga. A carta defende, com maestria, a idéia de que Jesus não tem nada a ver com genealogia. Ele é sacerdote *na ordem de Melquisedec*, um sacerdote que não é sacerdote, uma figura *sem pai, sem mãe, sem genealogia*, que surge do nada e não representa nada que seja levítico (da ordem de Aarão). O sacerdócio não dinástico (hierárquico) da Carta aos Hebreus nasce do compromisso de vida, não da imposição das mãos. O sacerdote Jesus remove a pesada cortina que fecha o templo, entra no Santo dos Santos e tem a incrível ousadia de praticar aí o que só o Sumo Sacerdote pode praticar, uma vez por ano, sob pena de morte. Jesus oferece seu próprio sangue (sua vida). A vítima vira sacerdote. É uma inversão total dos paradigmas templários, um sacrilégio insuportável para a mentalidade tradicional do judaísmo. Jesus rompe com o sistema do templo e, ao mesmo tempo, rompe com a idéia dinástica e templária que lhe dá sustentação. O universo em que nasce o cristianismo é oposto ao universo das referências dinásticas.

Há também o Evangelho de Mateus. Nele, Jesus nos é apresentado como sendo inserido dentro de uma longa sucessão genealógica. Nos primeiros versos do Evangelho, Jesus é chamado filho de Abraão e Davi, fruto de uma venerável genealogia (Mt 1,1-17). Há três séries de doze gerações, a primeira entre Abraão e Davi, a segunda entre Davi e o exílio babilônico, a última entre exílio e José, pai de Jesus. *Assim foram as origens de Jesus, o unguido* (Mt 1,18). O Evangelho tece impressionantes semelhanças entre a vida de Jesus e a de Davi. Ele nasce em Belém, cidade de Davi, e é *da casa de Davi*. Contudo, o(a) leitor(a) atento(a) dos evangelhos poderá verificar que o contexto do evan-

gelho de Mateus é diferente de um contexto de transmissão do poder através do sangue. A figura de Davi aparece como herói, não como *rei dinástico*. Davi se assemelha a outros grandes heróis da Bíblia, como Abraão, Elias, Eliseu, Moisés. O Evangelho de Mateus demonstra, a cada página, que Jesus continua a obra dos grandes profetas e dos grandes heróis da nação, não dos líderes dinásticos. A idéia de um casamento de Jesus (da casa de Davi) com Maria Madalena no intuito de se propagar a *casa de Davi* (o sangue de Davi) está totalmente fora dos propósitos do Evangelho de Mateus. Nos Evangelhos, o poder se transmite por meio de ações novas em favor da humanidade. Essa é exatamente a postura de Paulo e da Carta aos Hebreus. Eis a boa nova, que o povo da Galiléia capta com facilidade, simpatizando com o novo profeta que critica reis e casas dinásticas. Quando aparece Jesus, ele é identificado com Abraão, Elias, Eliseu, Davi, Moisés. Os magos do Oriente o visitam para mostrar ao mundo inteiro a importância daquele que nasce fora do sistema das cortes e das realezas.

Mas isso pertence às origens do cristianismo. Hoje é bem diferente.

Nas reações diante de seu primeiro livro, no período entre 1982 e 2006, Baigent deve ter percebido que o adversário (leia-se, a Igreja) *pega a isca*, ou seja, se move no mesmo corredor interpretativo em que ele circula. A controvérsia se move dentro de um círculo vicioso. Dogma contra dogma, verdade contra verdade, o poder da instituição contra o poder do *best-seller* (e virtualmente da mídia como um todo). Como escrevi acima, faz falta, nos trabalhos de Brown e Baigent, uma análise cuidadosa da mediação literária. Mas a mesma falha pode ser observada na análise que a Igreja faz de sua própria história.

No decorrer da formação do dogma cristão, ela praticou o mesmo erro que Baigent comete na elaboração de sua tese. Estranhamos hoje a tese de Baigent, mas não podemos esquecer que um cristão da primeira geração certamente teria estranhado as teses do concílio de Nicéia (325). Textos alegóricos, metafóricos, irônicos, míticos, poéticos, parabólicos etc. foram interpretados como se fossem rigorosamente históricos. Tudo virou *verdade histórica* baseada em *fatos históricos*. Só um exemplo. Por que interpretar os famosos versos *Tu es Petrus* de Mt 16,19 dentro de uma perspectiva institucional? Isso é necessário? Não há outra leitura possível do texto? Por que supor que Jesus tenha pretendido, na hora, instituir o poder na Igreja? Se o texto fosse interpretado, simplesmente, como uma ironia,²² ele ganharia em consistência e em aderência ao contexto evangélico como um todo. Sabendo que Pedro gosta de se mostrar seguro que nem uma *pedra*, mas – na realidade – é mole que nem um molusco

²² Há poucos exegetas que interpretam as palavras de Jesus pelo viés irônico. Erasmo de Roterdã, do século XVI, é uma exceção.

(como demonstrará a narrativa da paixão), Jesus brinca com Pedro²³ e o chama de *pedra sobre a qual construirei minha Igreja*. O significado do termo *Igreja*, no aramaico de Jesus, não é rigorosamente o mesmo que o termo *Igreja* no contexto grego e muito menos no contexto em que vivemos atualmente. Quando os homens da Igreja sobrepõem sua teoria da sucessão apostólica ao texto evangélico, eles se igualam a Baigent. Atribuem um sentido dogmático a textos que não têm nada a ver com dogma ou doutrina, e às vezes nada mais são que simples jogos de palavras. Assim, paradoxalmente, os livros de Brown e Baigent são uma provocação dirigida às Igrejas históricas, no sentido de se rever dogmas carentes de consistência histórica.

²³ Desenvolvi o tema das brincadeiras entre Jesus e Pedro no artigo A Ironia do Teólogo. Cf. VVAA, *A Esperança dos Pobres vive*: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo, Paulus, 2003, pp. 237-253.